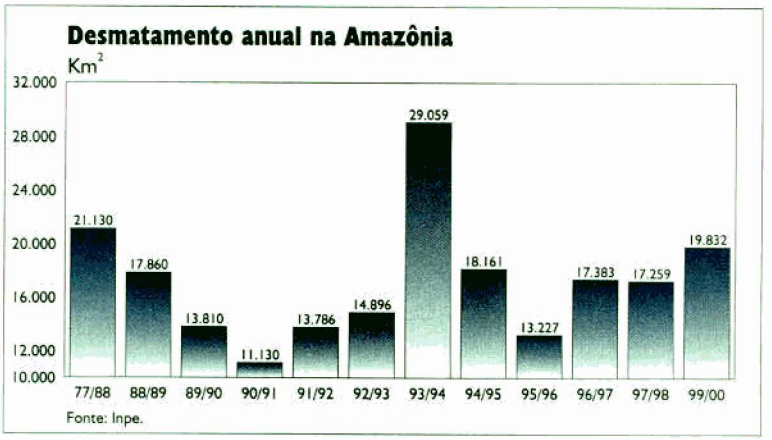
Assunto polêmico

Recuperação e aumento das reservas florestais são temas de discussão no Congresso

Com base no relatório do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), que aponta um crescimento expressivo da devastação da floresta Amazônica, o presidente Fernando Henrique Cardoso baixou a Medida Provisória 2.080 e alterou o Código Florestal de 1965. A área de reserva nas propriedades rurais existentes na Amazônia Legal foi ampliada de 50% para 80%. O objetivo foi adotar medidas coercitivas ao desmatamento.

Ainda no primeiro semestre a medida provisória se transforma em lei. A discussão entre ruralistas e ambientalistas empolga o Congresso Nacional. O anteprojeto do deputado Moacir Micheletto propõe mudanças sem o consenso no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Uma vez aprovado em plenário, o projeto está sujeito a veto presidencial.

Contrários à obrigatoriedade de recuperação de áreas devastadas antes do Código Florestal de 1965, os ruralistas alegam seu alto custo – a recuperação de um hectare de Mata Atlântica vale R$2 mil – e fraco resultado no Centro-Sul: apenas a criação de um mosaico de pequenas áreas sem impacto ambiental.



Desmatamento volta a crescer na Amazônia

De agosto de 1999 a agosto de 2000, o desmatamento na Amazônia cresceu 19% em relação aos 12 meses anteriores, segundo estimativa do Inpe. A tendência do segundo qüinqüênio dos anos 90 era de estabilidade, após o grande salto verificado em 1994/95.

Os números apurados pelo Inpe frustram as perspectivas de estancamento do processo de desmatamento. O aumento de 17.259 para 19.982km² representa um patamar elevado que precisa ser revertido imediatamente.

Com isso, chega a 13,9% da área total de floresta amazônica – aproximadamente 80% dos 5 milhões de quilômetros quadrados que fazem parte da Amazônia Legal – a extensão acumulada em 1999, de 569.269. As projeções de 2000 ainda são preliminares, mas mostram que 14,3% da Amazônia já estão devastados.

Os ambientalistas por sua vez não se satisfazem apenas com a recuperação das matas devastadas; insistem também na manutenção de reservas florestais, conforme disposto na medida provisória.

Pontos de discórdia

Os itens a seguir ilustram as principais divergências entre os ambientalistas e o novo Código:

- Considerar as florestas e demais formas de vegetação como de preservação natural, conforme disposto no Artigo 2.
- Preservar 5m, com acréscimo de 6m de aceiro, para os cursos de até 10m de largura e demais medidas estabelecidas pelo Código Florestal, edição de 1965.
- Proibir o desmatamento acima de 80% da área da propriedade, preservando 20% das florestas existentes como reserva legal.
- Permitir a exploração sustentável das reservas legais.
- As reservas sobre áreas apenas serão admitidas por desapropriação.
- Obrigar à reposição florestal aqueles que desmatarem irregularmente.
- Serem objeto de auto as infrações ao Código Florestal, com recursos em primeira e segunda instâncias.
- Aumentar os índices de preservação permanente somente nas desapropriações em ações individuais (**L.A.P. e R.A.**).

PECUÁRIA



Esforços louváveis

As competentes ações para erradicar a febre aftosa no Sul procuram reverter o bloqueio às exportações brasileiras

Na última década, a produção pecuária brasileira cresceu quase 40%: de 5 milhões a 7 milhões de toneladas. Nesse mesmo período, o rebanho aumentou quase 20%, e do ponto de vista comercial é o maior do mundo. Com 300 milhões de cabeças perde somente para a Índia. Mantida a composição de abate com 2/3 de machos, em vez de meio a meio, como se verifica nos países desenvolvidos, os plantéis continuarão a aumentar.

A produção supera a expansão do rebanho por conta da melhoria significativa e generalizada dos índices zootécnicos. A natalidade subiu para 65% e os animais são abatidos com menos de 3,5 anos. Nos anos 70, a taxa de natalidade oscilava entre 50% e 55% e os animais eram abatidos entre 4 e 4,5 anos.

A procura de touros melhorados cresce rapidamente e está cada vez mais acirrada. A disponibilidade não atende a 13% da demanda de 250 mil cabeças/ano.

São 40 milhões de vacas a serem fertilizadas. Um reprodutor identificado como superior, destinado à monta natural, é negociado a R$2,5 mil, o triplo do reprodutor simples. O chamado "boi de bola", isento de *pedigree* e sem apuro genético, perde espaço para o touro exemplar, que transmite à progênie qualida-